

A HISTÓRIA ECONÔMICA SEGUNDO HICKS E MISES: UM PARADOXO?

Múcio Tosta Gonçalves¹

Ana Luisa Costa Bernardes Faria²

Resumo: A presente proposta parte da definição de que a História Econômica, como campo de conhecimento científico interdisciplinar, tem por objetivo apreender as articulações e as imbricações que explicam as distintas causas e trajetórias assumidas pelas formações econômicas no tempo e no espaço – entendidas ambas como dimensões fundamentais para a compreensão das experiências socioeconômicas humanas. A História Econômica, como produto e como meio de pesquisa e ensino, então, não se baseia na separação entre o “econômico” e o “social”. Nesse sentido é que residem as suas capacidades específicas de indagar e de explicar a realidade. Por isso, compreende-se que a História Econômica constitui um espaço disputado por diversas correntes teóricas e analíticas nas Ciências Econômicas e Históricas. Historiadores e economistas que adotam perspectivas (mais) quantitativistas, micro centradas ou localizadas e aquelas dos distintos tipos de estruturalismos, digladiam pelo domínio da produção de conhecimentos e verdades nesse campo. A presente proposta, ao centrar a atenção nas interpretações sobre História Econômica realizadas por John Hicks (1904-1989) e por Ludwig von Mises (1881-1973), dois economistas que adquiriram grande reputação nos seus respectivos campos e temas de análise, procura entender os usos da História Econômica como forma de produzir confirmações sobre postulados teóricos e projetos políticos de política econômica. A proposta do presente artigo é a de avaliar criticamente as contribuições de ambos os autores para a produção de concepções contraditórias sobre a História e sobre o alcance da História Econômica como campo de conhecimento particular. Nesse sentido, as ideias de ambos os autores não são tão somente paradoxais. Elas revelam o peso que perspectivas ortodoxas e conservadoras podem ter para negar – ou, no mínimo, relativizar – as dinâmicas de processos e/ou eventos sociais e históricos, incluindo suas possíveis transformações.

Palavras-chave: John Hicks; Ludwig von Mises; Pensamento Econômico contemporâneo

1 Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ, Doutor em Ciências Sociais.

2 Licencianda em História, no Curso de História da Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ.

1. Introdução

Nos cursos de Ciências Econômicas e de História, a História Econômica é o espaço da produção de um aprendizado e de uma apreensão de “*regularidades observáveis*”, o que permite a construção de “*quadros explicativos*”³.

A limitação da disciplina, segundo Fragoso, é que ela pode produzir uma história (do) social “*desprovida de carne e sangue*”. Por isso mesmo, e ainda segundo o autor, a História Econômica não pode ser reduzida às grandes narrativas⁴, incapazes de perceber a articulação entre os planos micro e macro da vida social, política e econômica.

Do ponto de vista da Ciência Econômica, o ensino e a pesquisa em História Econômica implicam incluir maior conteúdo de Filosofia, História, Antropologia, Sociologia e Política na discussão acerca do comportamento econômico (um tipo particular de ação?) e das estruturas econômicas, no tempo e no espaço. Do ponto de vista da História, implicam incluir maior conteúdo de Economia, Sociologia e Política na discussão sobre os sentidos da ação (individual e coletiva), em suas durações e pertencimentos territoriais.

A definição do que venha a ser a História Econômica, então, não pode basear-se na separação entre economia e sociedade. Isto porque tal afastamento impede que se apreenda a dinâmica da organização social humana no tempo e no espaço, dimensões fundamentais para a compreensão das nossas experiências.

Se tempo e espaço importam, devem então ser incorporados na análise e método científico das Ciências Econômicas e da História. Enquanto para os formadores de historiadores isso parece certo (ver, por exemplo, Braudel, 1996 e Thompson, 1987, dentre outras referências), persiste grande dúvida no campo do ensino e pesquisa em economia. Nesse campo, e do ponto de vista da interpretação *mainstream*, de origem neoclássica, o tempo é cronológico, simétrico e previsível⁵. O espaço é fator de produção, lugar de produção de vantagens e desvantagens⁶.

Mesmo considerando as contribuições de economistas heterodoxos ao debate (Joan Robinson, Gunnar Myrdal, Nicholas Georgescu-Roegen e George Shackle, por exemplo), o

3 FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2002.

4 Estes tipos de narrativas, para Lyotard (2004), correspondem a um discurso de legitimação das regras do jogo e das instituições que regem os laços sociais. Exemplos de tais narrativas (*métarécits*) são a dialética do espírito, a emancipação do sujeito racional, o desenvolvimento da riqueza, a justiça, a verdade, bem como os grandes périplos etc. Para efeitos do presente artigo, não se discutirá o mérito da proposta do autor, segundo a qual essas (meta)narrativas e as instituições acadêmicas que as comportam, estão em crise, existindo uma incredulidade social em relação a elas – ao que ele denomina de pós-modernidade. Ver, ainda, Fragoso (2002, p. 4).

5 CARVALHO, Enéas G. de. Notas para a discussão do tempo na economia: uma modelagem heterodoxa. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol. 38, n. 1, 2018.

6 CLAVAL, Paul. Espaço e território: as bifurcações da ciência regional. *Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 2012.

problema é que o tempo e o lugar não são pensados historicamente nos cursos de Economia.

Se as interpretações de Weber, Mauss, Elias, Lefebvre, Bourdieu, Mintz, Sahlins e Godelier ilustram como pensar a articulação entre os tempos e lugares sociais e econômicos, escapando do imobilismo da versão quantitativista da Economia, elas não são incorporadas às discussões da História Econômica, a não ser marginalmente. Mesmo as contribuições de Marx e Engels parecem ser incorporadas acriticamente. Um exemplo disso é a inclusão (quase obrigatória) do “tópico” marxiano sobre acumulação primitiva nos programas de curso, com pouca articulação com as questões do desenvolvimento ou agrária.

Pensar o tempo historicamente, conforme sugerem Braudel (1996), Koselleck (2006) e Ricouer (1997), cada um ao seu modo, significa incorporar a permanência dos eventos à lógica das (suas) transformações. Por isso mesmo, pensar o espaço também historicamente, conforme sugerem Braudel (1996), Lefebvre (2006) e Certeau (2002) – também cada um ao seu modo, significa incorporar à análise as múltiplas e interacionáveis dimensões das relações sociais e do território, ou meio.

Em ambos os casos, as orientações de sentidos e participações humanas indicam que interpretações qualitativas são fundamentais para a compreensão da realidade que a Ciência Econômica pretende produzir. E esse pode ser o papel da História Econômica.

Se a oposição quantidade-qualidade, então, parece estar na base da discussão sobre as relações entre Economia e História, isso coloca a História Econômica em uma posição incomoda, talvez quase fora dos espaços de ensino aprendizagem nos cursos de graduação das duas áreas antes mencionadas.

Mas o que vem a ser quantitativo e qualitativo? Para Arruda, o quantitativo refere-se ao “*universo da precisão*”, enquanto o qualitativo, ao seu oposto. De acordo com o autor, a subordinação do qualitativo ao quantitativo dirigiu a História Econômica no sentido da “História Quantitativa”⁷.

A História Quantitativa que vigorou desde o segundo quarto do século XX, em oposição às formulações dominantes até o fim do séc. XIX, sustenta-se metodologicamente na descrição estatística dos fatos e sua subsequente teorização e na articulação entre análise dos fatos de um dado presente e verificação do comportamento passado dos mesmos fatos. Da estatística descritiva à teorização, os métodos de interpretação quantitativa da História Econômica tornam-se cada vez mais probabilísticos, como o prova o nascimento da cliometria, nos anos 1950.

Whaples e Parker afirmam que a disciplina combina essa última abordagem com a da Nova Economia Institucional. Isso teve início com as transformações que se produziram, a dois séculos e meio atrás, “[...] *quando eras de mudanças econômicas lentas e cres-*

7 ARRUDA, José J. de A. História e crítica da história econômica quantitativa. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 110, 1977, p. 469.

*cimento econômico vacilante deram lugar a uma expansão econômica rápida e sustentada*⁸.

Fundamentalmente, a História Econômica passou a ser um campo de pesquisa e de ensino que transpõe conceitos da teoria econômica para a análise da... história econômica. Mas, conforme Arruda exortou:

[...] não se pode permitir é que a História Quantitativa degenera num exercício estéril de lógica. Efetivamente, não é a única explicação da História. Busca a simplificação da realidade humana do passado. [...] A tentativa de transformar a História Econômica numa História técnica, matemática, com a adoção de modelos rigorosos, tem uma conotação ideológica, pois... acaba por apresentar uma História linear... e que sob uma aparência científica refinada surge, na verdade, uma História apolo-gética do crescimento eterno do capitalismo eterno⁹

Nesse sentido, é “[...] necessário ir além dos dados para compreender a História do homem; é necessário captar as estruturas mais profundas, que meia dúzia de dados estatísticos ou modelos econométricos não são capazes de traduzir”¹⁰. Arruda adiciona que a ruptura com a perspectiva da História Econômica Quantitativa foi dada pela constituição de “*pequenas e variadas histórias*”, caracterizando como que uma “implosão da História”, com novas interrogações oriundas das ciências sociais vizinhas, “novos métodos, novos recortes do passado e novos objetos”.¹¹

A invasão da perspectiva Qualitativa tornou o procedimento de investigação mais importante do que a explicação *per si*. Ao buscar na Antropologia e na Política elementos explicativos dos comportamentos sociais, os adeptos dessa perspectiva entenderam ser possível explicar mais acuradamente o cotidiano das pessoas, sobretudo da forma como ele se expressa culturalmente e em termos da qualidade de vida¹².

Segundo a definição de Arruda:

O olhar do historiador sobre a história, informado pela etno-história, dá-lhe melhor compreensão do que há de litúrgico nestas sociedades históricas, obrigando-o a recorrer a uma diferenciação de tempos na história, realçando o papel dos fenômenos tradicionais, cuja evolução somente pode ser captada no nível da longa duração. Por isso, o tempo longo de Braudel é o tempo privilegiado dos novos historiadores, da

8 WHAPLES, R.; PARKER, R. E. (Eds.). *Routledge Handbook of Modern Economic History*. New York: Routledge, 2012, p. xv.

9 ARRUDA (1977, p. 480).

10 Idem, p. 481.

11 ARRUDA, J. J. de. Linhagens historiográficas contemporâneas por uma nova síntese histórica. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, 1998, p. 178.

12 FRAGOSO (2002).

nova história (...) É a história da alimentação: hábitos, gostos, sensibilidade. Do corpo: constituição, enfermidades, socialização do corpo, sexualidade, atitudes diante da vida e da morte. Escudado na antropologia econômica, o historiador antropólogo porá em evidência as lógicas não-econômicas, ou até mesmo antieconômicas, mas que têm condicionado os hábitos econômicos. [...] Um vasto leque de opções emerge da antropologia cultural e política: o estudo das crenças populares; dos gestos cotidianos, expressão de uma representação do mundo; a cultura de elite e a cultura popular, as idéias políticas e os mitos. Assim, a antropologia histórica permitirá a revanche do irracional (o sagrado, as pulsações, os mitos) sobre o racional; o banal, o cotidiano, sobre o excepcional; o ‘baixo’ (os esquecidos, os marginalizados) sobre o ‘alto’ (os privilegiados, a elite).¹³

Doravante, a História Econômica, *sub judice*, subsume aos conceitos das “vizinhas” ciências humanas para a análise da... história.

Mas, se Arruda tem razão, e a História lida com o plano das “[...] *práticas dos sujeitos e suas formas de consciência e o da realidade objetiva, isto é, da significação objetiva*”, qual é o resultado da inversão? Para ele, a resposta é: a renúncia do historiador ao seu ofício¹⁴.

Segundo Certeau, a aplicação recorrente de procedimentos matemáticos e tratamentos estatísticos, com a quantificação dos fenômenos econômicos e sociais, foi um dos princípios sobre o qual se assentam os modelos de fazer a interpretação da história que se consolidaram ao longo do século XX.

Conceituada dessa forma, a História Econômica sucumbe à Economia, inclusive por que pode tornar-se a história de algo particular, perdendo de vista os processos dinâmicos constitutivos das relações sociais, no tempo e no espaço.

Nesse sentido, conforme argumenta Hodgson:

O erro de grande parte da economia tem sido o de tratar os fundamentos desinstitucionalizados de uma economia de mercado como sendo universais. (...) Em particular, a análise histórica é distorcida e prejudicada se aplicarmos incorretamente as categorias pertinentes a um sistema – como uma economia de mercado - a outro quando elas não se encaixam tão bem.¹⁵

A crítica a tais modelos dominantes de pensar a História, que se manifestaram no campo da História Econômica, levaram em consideração a recuperação ou a criação de

13 ARRUDA (1998, p. 180).

14 ARRUDA (1998, p. 175).

15 HODGSON, Geoffrey M. *How economics forgot history*. London; New York: Routledge, 2001, p. 272.

conceitos importantes como os de experiência e costumes (de E. P. Thompson), consumo (de M. de Certeau), além daqueles importados da filosofia e da sociologia, como os de poder (de Foucault) e de *habitus* (de Bourdieu). Todos esses conceitos, por sua vez, levam em consideração as dependências recíprocas entre estrutura e sujeito, ou entre estrutura e ação.

A História Econômica, ao buscar fugir da História processual e sendo conceituada como o domínio analítico do universo das relações e processos humanos e sociais “microscópicos”, sem o amparo de outros arcabouços, pode sucumbir à narrativa.

Para além da ideia pós-moderna da narrativa, já sugerida, a questão evidenciada aqui refere-se ao uso da linguística e da crítica literária – ou seja, ao ensaísmo. A base dessa interpretação é a filosofia do *linguistic turn*, a compreensão da realidade como sendo constituída por e na linguagem¹⁶.

Isso não transforma a história – e, principalmente, o ensino da história – em uma especialidade que cuida de “[...] objetos fragmentados (negros, mulheres, sem-terra, homossexuais, feitiçeras, imaginário, cotidiano etc.), com os quais ela se identifica, atuando como ator na sua representação?” (Diehl, 2004). A dúvida que cerca o autor da perspectiva anterior prende-se, por sua vez, ao caráter academicista e militante¹⁷ que, desde os anos 1940, cercou a produção historiográfica europeia (e, desde os anos 1980, a brasileira).

Se assim o é, o que dizem os economistas da História Econômica? Sem ter formação técnica suficiente em História, os economistas parecem manifestar predileção para as perspectivas quantitativistas – à exceção de alguns economistas marxistas.

Para estes últimos, segundo Vilar:

No entanto, nada é mais difícil e raro do que ser historiador, exceto ser um historiador marxista. Porque essa palavra deveria implicar a aplicação estrita de um modo de análise desenvolvido teoricamente aos assuntos mais complexos da ciência: as relações sociais entre os homens, e as modalidades de suas mudanças. (...) Acaso contra necessidade, liberdade contra determinação, indivíduo contra massas, espiritual contra econômico, o historiador de hoje gasta seu tempo não se opondo a esses termos, mas lidando com suas combinações. E não existe nenhum novo instrumento, ou nova forma recentemente proposta para sua análise, seja linguística, psicanalítica ou econômica, que escape à hipótese fundamental: a matéria histórica é estruturada e pensável, cientificamente compreensível como qualquer outra realidade. (Tradução do/da autor/a do artigo)¹⁸.

16 RAMOS, Igor G. *Genealogia de uma operação historiográfica*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

17 Para o autor e a autora do presente artigo, a produção historiográfica é militante. Na verdade, acreditamos que a história sempre foi, e talvez sempre seja, uma ferramenta política. A questão à qual nos referimos ao tratar dos anos 1940 é que estava em curso um movimento consciente e explícito de negação de uma “história oficial”.

O sentido mais geral da breve discussão apresentada até o momento é que padrões de cientificidade, ou de explicação científica, inclusive sobre a história, são historicamente construídos. Desse modo, pensar a história econômica requer compreender teórica e metodologicamente os processos de produção e transformação das relações sociais e econômicas, levando em consideração quem os produz, para que o fazem e como representam o que é produzido por eles e elas.

Por esta mesma razão é que Hobsbawm (1998) afirmou que:

[...] divorciada da história, a economia é um navio desgovernado e os economistas sem a história não têm muita noção de para onde o navio navega. Mas não estou sugerindo que esses defeitos possam ser sanados simplesmente pela aquisição de alguns mapas, ou seja, prestando mais atenção às realidades econômicas concretas e à experiência histórica. Aliás, sempre houve abundância de economistas dispostos e ansiosos por manter os olhos abertos. A dificuldade é que, conquanto seguissem a tradição corrente, sua teoria e método como tais não os ajudaram a saber para onde olhar e o que procurar. O estudo dos mecanismos econômicos estava divorciado do estudo dos fatores sociais e de outros fatores que condicionam o comportamento dos agentes que constituem tais mecanismos.¹⁹

A partir do até aqui debatido, pergunta-se como economistas *mainstream* pensam a História Econômica. Se a pesquisa e o ensino em Economia são fortemente influenciados pelo pensamento neoclássico e os desdobramentos epistemológicos que subordinam a ciência lúgubre à matemática, qual é o lugar da História, particularizada como Econômica, no ensino superior de Economia e História?

Essa questão é importante porque, conforme aponta Barros (2008):

[...] datam pelo menos da terceira década do século XX os investimentos mais decisivos dos historiadores em constituir a História Econômica como um campo historiográfico específico, ou como uma disciplina já bem constituída no interior de uma História de novo tipo. Neste empreendimento, que em diversos focos diferenciados da Europa e das Américas começam a ter explicitadas as suas primeiras realizações em torno de 1930, freqüentemente se misturaram economistas e historiadores em uma empresa mista.[...] Diante deste domínio historiográfico em comum, no qual se encontram em incessante diálogo tanto os economistas por formação como os historiadores que se apropriaram de um conhecimento significativo pertinente às ciências

18 VILAR, Pierre. Histoire marxiste, histoire en construction. Essai de dialogue avec Althusser. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, Paris, 28^e année, n. 1, 1973.

19 HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 118.

econômicas, é forçoso admitir que a História Econômica é um daqueles setores intradisciplinares da História que exige dos seus praticantes certos conhecimentos e técnicas bastante específicas, possivelmente mais do que qualquer outro campo histórico.²⁰

Buscando elementos para responder à questão, que talvez guarde um paradoxo, serão discutidas as contribuições à ideia de História Econômica propostas por John Hicks e Ludwig von Mises.

O presente artigo divide-se, além da presente Introdução, em mais três seções: as duas seguintes apresentarão as contribuições dos dois autores mencionados, e a última apontará conclusões possíveis acerca do assunto.

2. Hicks e a História Econômica... sem História

John R. Hicks (1904-1989), laureado com o prêmio Nobel em 1972, é considerado um dos economistas mais importantes do século XX. Tendo desenvolvido suas observações sobre os efeitos reais das flutuações macroeconômicas no contexto da I Guerra Mundial e da Grande Depressão na Europa, Hicks não convergiu com a teoria keynesiana, a qual reelaborara desde o artigo *Mr. Keynes and the Classics*²¹. Neste artigo, Hicks apresentou os elementos do modelo IS-LM sobre as relações entre mercados de bens e de moedas, por meio do qual foram estabelecidas as bases para a formulação da chamada “síntese keynesiana”. Em *Value and Capital* (1939), ele contribuiu para a consolidação da chamada “revolução marginalista”, e para a articulação de uma operação que minimizou a contribuição de Keynes para o desenvolvimento da Ciência Econômica²²²³²⁴.

As discussões sobre o capital e o crescimento foram a sua principal preocupação desde os anos 1970, quando escreveu e publicou *Capital and Time* (1973), recuperando a teoria austríaca do capital, e incorporou ao seu trabalho a discussão sobre o tempo (irreversibilidade e causalidade), tendo escrito *Causality in Economics* (1979). No final da vida, dedicou-se a discutir principalmente o método e a teoria da economia, no que abarcou a questão da história econômica²⁵.

A intenção do autor, ao debruçar-se sobre o tema da história econômica, era a de explicar as mudanças (impulsos) ocorridos na economia, tais como as inovações ou o desen-

20 BARROS, José D’Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, 2008, p.6-8.

21 Publicado em *Econometrica*, Vol. 5, No. 2, pp. 147-159, April 1937.

22 PAULA, João Antônio de. *Sobre o conceito de revolução marginalista em Schumpeter*. Campinas, 1977.

23 BIANCHI, Ana M. Hicks e a revolução invisível: notas sobre a contribuição metodológica de J. R. Hicks. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 1992.

24 HAGEMANN, H; HAMOUDA, O. F. *Introduction. The Legacy of Hicks*. London: Routledge, 1994.

25 HAGEMANN; HAMOUDA (1994).

volvimento econômico ao longo do tempo, e por isso a preocupação dele com a questão da causalidade. Conforme argumentam Hagemann e Hamouda, este foi o território do “*deep Hicks*”, um autor preocupado com a transformação da economia em uma ciência social histórica²⁶.

O que é curioso, porém, é como um autor reconhecido pelas contribuições que realizou para o *mainstream* neoclássico, inclusive pela tentativa de afirmar uma teoria do equilíbrio, tornou-se preocupado com as questões da História.

O intrigante, no caso, é que um dos principais modelos explicativos do comportamento macroeconômico moderno, o modelo IS-LM, parece não levar em consideração a análise da sequência de eventos dentro de um período, sendo antes um modelo híbrido, que combina a perspectiva walrasiana de um equilíbrio simultâneo em mercados interdependentes (nas quais o tempo não conta, efetivamente) com microfundamentos da análise marshalliana (nas quais o tempo conta)²⁷.

Pelo que argumentam os exegetas e biógrafos de Hicks, ele reconheceu a dificuldade presente em sua investigação. Foi esse reconhecimento, então, o que fez com que ele mudasse o ponto de vista, incorporando a História? O problema de uma resposta prontamente positiva é que talvez ela não dê conta de elucidar o que de fato é histórico na interpretação da História Econômica de Hicks.

Como sugeriu Leijonhufvud²⁸, o Hicks maduro teve que conviver com a influência infiltrante, difusiva das contribuições do jovem Hicks. Ou seja, mesmo que se considere que o autor tenha “rompido” com suas obras do passado, o que não é impossível e nem significa qualquer demérito, o problema é que isso não parece ter ocorrido de fato. Na opinião abalizada do economista sueco, Hicks incorporava o tratamento da questão da história, desde os seus primeiros trabalhos até quando escreveu *Theory of Wages* (1932). Suas obras juvenis, assim, analisavam questões de natureza histórica e institucional - sobre o movimento econômico ao longo do tempo - mais do que matemático-teóricas.

Nesse sentido, 37 anos depois, quando publicou a sua teoria da história, estaria retomando um fio perdido da meada. O que argumentamos é que o fez sem abandonar o novelo.

Um dos elementos centrais da análise de Hicks nas chamadas obras da juventude é que a Ciência Econômica estuda fatos, e procura organizá-los de modo a que possibilitem conclusões. Segundo ele “Facts, arranged in the right way, speak for themselves; unarranged, they are as dead as mutton. One of the main things we have to learn is how to arrange our facts properly”²⁹.

26 HAGEMANN; HAMOUDA (1994, p. 7).

27 LEIJONHUFVUD, Axel. Hicks, Keynes and Marshall. In: HAGEMANN, H.; HAMOUDA, O. F. *The Legacy of Hicks*. London: Routledge, 1994.

28 LEIJONHUFVUD (1994).

Organizar os fatos, para ele, era uma tarefa central e inevitável na construção de uma teoria. Sem dúvida, pode-se dizer! Mas, quem organiza, o faz a partir de quais critérios e com qual método?

Nesse sentido, um segundo aspecto da perspectiva hicksiana é que os processos econômicos devem ser tratados como sendo compostos por períodos. Para ele, após a determinação de tais períodos, pode-se simular “[...] o processo dinâmico aplicando a teoria estática de preços e a alocação a cada uma dessas fatias de tempo. O processo deve estar em equilíbrio estático dentro de cada período”. Nessa perspectiva, as variáveis são tratadas como se fossem simultaneamente determinadas, os fluxos são tratados como constantes e a ordem em que os eventos acontecem não importa. No momento de transição entre períodos, os parâmetros estáticos devem ser atualizados, incluindo-se a revisão das expectativas³⁰.

O terceiro aspecto da teoria de Hicks é que as escolhas devem ser levadas em consideração. As decisões de cada agente econômico, do ponto de vista do tempo, são pensadas por ele como escolhas entre as consequências futuras de opções alternativas presentes. Como argumenta Leijonhufvud, essa posição representa uma ruptura com o pensamento mainstream, uma vez que Hicks pensa em termos de um equilíbrio geral temporário, incorporando a “história” e preservando a “capacidade de ‘narrativa’ da teoria do valor” neoclássica³¹. Em suma, a proposta de equilíbrio de Hicks evita o problema lógico relacionado à ideia neoclássica de que as escolhas individuais sejam tomadas com base em um universo no qual todos os agentes econômicos conhecem as ações uns dos outros – o que fatalmente conduz a uma situação na qual todas as decisões são tomadas na origem do tempo, excluindo a história.

Hicks reconhece que a teoria econômica falha, em termos gerais, ao não se relacionar com a realidade. Mas, como estudioso da economia monetária, ele defende a área (e, por extensão, seus estudos) por que ela aproxima-se mais do mundo real exatamente por pertencer “[...] à história monetária, num sentido pelo qual a teoria econômica nem sempre pertence à história econômica”.³²

Quase vinte anos após ter publicado *A Theory of Economic History*, Hicks escreveu que, ao contrário do pressuposto neoclássico, “Deve-se supor, em qualquer modelo, que as pessoas não sabem o que vai acontecer e sabem que não sabem o que vai acontecer. Como na História!”.³³

29 HICKS, John R. *The Social Framework; An Introduction to Economics*. 3th ed. Oxford: Clarendon Press, 1960, p. 3.

30 LEIJONHUFVUD (1994, p. 147).

31 LEIJONHUFVUD (1994).

32 HAMOUDA, O. F.; ROWLEY, R. *Time with Hicks Probability*, 1994, p. 175.

33 HICKS, J. R. *Economic Perspectives: Further Essays on Money and Growth*. Oxford: Clarendon Press, 1977.

Isso conduz, então, à pergunta: o que é a História? E, a partir dessa questão, o que é a História Econômica, segundo Hicks?

Ao que parece, talvez exista uma confusão entre as ideias de História e de dinâmica. Nos domínios da economia neoclássica, com a qual o autor teceu laços estreitos, o termo dinâmica originou-se na Mecânica newtoniana, referindo-se a um estado no qual ocorre uma mudança, como a do movimento.

Um exemplo do uso desse conceito é dado por Harry R. F. Harrod. Segundo ele, o estudo da dinâmica econômica se ocupa das mudanças nas taxas de produção ou, melhor dizendo, da taxa de crescimento das quantidades das várias mercadorias e fatores de produção serão trocados ou usados e quais preços serão obtidos³⁴. O autor assim define a sua contribuição:

I envisage in the future two departments of economic principles. The first, the static theory, will be elaborated on the assumption that there is no growth and no saving. [...] On this basis it will be possible to evaluate the equilibrium set of prices and quantities of the various commodities and factors, excluding saving. In the second department, dynamic theory, growth and saving will be taken into account. Equilibrium theory will be concerned not merely with what size, but also with what rate of growth of certain magnitudes is consistent with the surrounding circumstances. (...) The distinguishing feature of the dynamic theory will not be that it takes anticipations into account, for those may affect the static equilibrium also, but that it will embody new terms in its fundamental equations, rate of growth, acceleration, de-acceleration, etc. If development proceeds on these lines there will be a close parallel between the statics and dynamics of economics and mechanics.³⁵

Essa interpretação representa um avanço relativamente à abordagem estática da economia neoclássica, a qual compara, no máximo, estágios de equilíbrio ou de quase-equilíbrio decorrentes das decisões dos agentes econômicos. Porém, não elucida como ocorre a mudança de um antigo para um novo qualquer ponto de equilíbrio, uma vez que o equilíbrio resulta de e corresponde a um processo de maximização (micro e macroeconômica) e só pode ser alterado por choques exógenos ao sistema.³⁶

Mesmo considerando que a perspectiva de Harrod não se submete acriticamente ao pensamento *mainstream*, podendo até mesmo ser identificada como o que Herscovici³⁷ classificou como “heterodoxa”, por declarar que a mudança é um fenômeno relevante para

34 HARROD, Roy. *Economic Essays*. 2nd ed. London: The Macmillan Press, 1972.

35 HARROD (1972, p. 253).

36 HERSCOVICI, Alain. Historicidade, entropia e não-linearidade: algumas aplicações possíveis na Ciência Econômica. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, setembro de 2005.

37 HERSCOVICI, Alain. O modelo de Harrod: natureza das expectativas de longo prazo, instabilidade e não-linearidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, pp. 29-55, jan./jun. 2006.

a análise econômica, talvez seja artificial sugerir que ele esteja se referindo a um tempo histórico, já que ele estuda a mudança endógena em direção a situações de equilíbrio de um sistema econômico, ou a convergência rumo ao equilíbrio. O que teses como a de Harrod discutem refere-se, antes, à irreversibilidade do tempo, à não-linearidade e à endogeneidade de flutuações dentro do sistema econômico e a processos de *path dependence*³⁸.

Ou seja, ainda que afastando-se da abordagem neoclássica linear dos processos econômicos, e negando a prevalência de condições que permitam determinar a existência de um estado de equilíbrio de longo prazo, autores como Harrod enfatizam a existência da instabilidade econômica, mas não fazem História Econômica e nem lidam com o tempo histórico. Talvez, numa hipótese condescendente, considerem como histórico um tempo que, tal como o tratam, é apenas cronológico.

A ideia mesma de dependência da trajetória como sinônimo de historicidade é criticável se for considerado que nem todos os processos são causados por um ou um único conjunto de fatores, os quais determinam os resultados sequenciais. Nesse sentido, trivial, a “história” conta. A dependência da trajetória significa, mais além disso, que os custos para reverter decisões tomadas no passado tem custos elevados, e mesmo que novas decisões possam ser tomadas, isso não significa que os custos para reverter as decisões inicialmente tomadas (para o crescimento, por exemplo) possam ser facilmente tomadas. Assim, se não for considerada adequadamente como método para estudos comparativos de processos de institucionalização, ou se não levar em consideração como agentes e decisões impactam-se reciprocamente em processos daquele tipo, essa forma de análise pode gerar uma explicação determinista histórica³⁹⁴⁰.

O tempo histórico, porém, associa elementos das formas de organização da sociedade - como a duração, a cultura e as formas da percepção das transformações ocorridas (associadas às compreensões da ordenação, da sucessão e da simultaneidade)⁴¹⁴². Ademais, a articulação entre o tempo presente, o passado (irreversível e irrevogável) e um futuro (desconhecido, por conta dos efeitos das ações tomadas hoje sobre ele) coloca o tema da incerteza no centro da análise econômica e, pode-se arriscar dizer, da História Econômica.

Hicks, ao definir a dinâmica econômica como sendo aquela parte da teoria econômica no âmbito da qual cada quantidade deve ser datada, pode ser compreendido como pertencente a esse campo limitado de interpretação da história – mesmo por que a inserção da datação, ou de uma forma de percepção do tempo, não é condição suficiente para pensar a história ou para pensar historicamente. Segundo ele, a dinâmica econômica refere-se à parte da economia que data qualquer quantidade: “In economic dynamics we (...) even pay

38 HERSCOVICI (2006).

39 FERNANDES, Antônio S. Araújo. *Path dependency* e os estudos históricos comparados. *BIB*, São Paulo, n. 53, 2002.

40 PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 72, 2005.

41 BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

42 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. Vol. I.

special attention to the way changes in these dates affect the relations between factors and products”.⁴³

A explicitação da ideia de dinâmica como sendo um método que deve ser associado à forma dominante de explicação dos economistas neoclássicos é também feita pelo autor:

It is true that if one follows the usual course of economists in the past (at least of the vast majority of nineteenth-century economists) and gives one's static theory some slight dynamic flavouring, it can be made to look much more directly applicable to the real world. It can contain most of the staple diet of traditional economics, from the theory of rent and the theory of comparative cost to the theory of monopolistic exploitation; all of which can be established without any consideration of time ever coming into the argument. [...] If, on the contrary, the theory of economic statics is presented in its barest and starkest form, as we have presented it, then the dynamic problem is thrown up as a challenge. The economic system has now to be conceived of, not merely as a network of interdependent markets, but as a process in time. Is it possible to use the same methods of analysis in this dynamic field? Or must we have recourse to wholly different methods? It is not obvious that anything like the same methods will do. Nevertheless, we shall find, as we proceed, that there is a way of reducing the dynamic problem into terms where it becomes formally identical with that of statics. Thus the results of static theory can be used after all; though almost all of them need drastic reinterpretation.⁴⁴

Para Hicks, o tempo real de “processos irreversíveis” conta. Isso envolve aqueles fenômenos econômicos que se relacionam com - e sentem os efeitos da - passagem do tempo (estoques, preços, decisões), abarcando transformações do mundo “material” e das decisões.⁴⁵

De acordo com Scazzieri⁴⁶, a contribuição de Hicks à ciência econômica foi importante por que ele, simultaneamente, discutiu o processo de tomada de decisões econômicas nos termos abstratos da teoria pura da Economia e enfatizou a importância da descrição acurada dos fatos. Com isso, ele teria reforçado a relação entre teoria econômica e História Econômica, isto é, entre livre escolha (racionalidade econômica) e determinismo (processos irreversíveis).

Mas é isso a História? Também, é isso a História Econômica?

43 HICKS (1960, p. 115).

44 HICKS (1960, p. 116).

45 SCAZZIERI, Roberto. *Economic Theory and Economic History*. 1994

46 SCAZZIERI (1994, p. 219).

Para Hicks, em seu livro sobre a História Econômica, ela é um processo de especialização entre as atividades econômicas e das atividades econômicas de outras de outros tipos⁴⁷. Por isso mesmo, parece, ele define que:

A major function of economic history, as I see it, is to be a forum where economists and political scientists, lawyers, sociologists, and historians – historians of events and of ideas and of Technologies – can meet and talk to one another [...] One of the things which we have learned - a general point which must be emphasized at the outset - is to distinguish between those historical questions which can usefully be discussed in terms of the notion of statistical uniformity, and those which cannot. Every historical event has some aspect in which it is unique; but nearly always there are other aspects in which it is a member of a group, often of quite a large group. If it is one of the latter aspects in which we are interested, it will be the group, not the individual, on which we shall fix our attention; it will be the average, or norm, of the group which is what we shall be trying to explain. We shall be able to allow that the individual may diverge from the norm without being deterred from the recognition of a statistical uniformity. This is what we do, almost all the time, in economics. [...] The historical phenomena to which a theory of history might apply are those which, in the light of our interest in them, can be regarded as having this statistical character. Most of the phenomena of economic history (however widely considered) do have it; the questions we want to ask about economic history deal mainly with groupings that can be made to possess it.⁴⁸

3. von Mises e a História Econômica... como Teleologia

Abordar um autor como Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881–1973) é uma tarefa difícil. Não pela complexidade do seu pensamento – talvez, pelo contrário... Um interessante e estimulante sítio da rede mundial de computadores dedicado à História do Pensamento Econômico, em seu índice de “pensadores”, apresenta a única seguinte definição sobre esse autor: “*Eminence grise of the Austrian School*”.⁴⁹

Ele é geralmente apresentado por seus seguidores como um dos mais notáveis economistas e filósofos do século XX, ainda que ele não tenha se formado em nenhuma das duas profissões ele estudou e doutorou-se em Direito...⁵⁰

Fervoroso anti socialista, von Mises produziu alguns trabalhos que consagraram seu lugar no pensamento liberal radical. Na verdade, mais do que num panteão, ele tem um lu-

47 HICKS, J. R. *A Theory of Economic History*. Oxford: Oxford University Press, 1969, p. 1.

48 HICKS (1969, pp. 2, 3, 4).

49 The History of Economic Thought Website. *Ludwig Edler von Mises, 1881-1973*. Disponível em <https://www.hetwebsite.net/het/profiles/mises.htm>. Acesso em 22/09/2020.

50 Uma biografia apologética sobre o autor pode ser encontrada no endereço <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=33>.

gar especial na história política da Europa como um dos artífices da *Société du Mont Pèlerin*, reconhecida pelo seu papel na formulação e difusão das ideias do que hoje é denominado neoliberalismo⁵¹.

Em 1927, von Mises publicou um livreto intitulado *Liberalismus*, por meio do qual apresentou ideias sobre como resgatar o liberalismo da trágica condição em que ele se encontrava no continente europeu. Esta condição referia-se à percepção que as funções assumidas pelo Estado desde o fim do século XIX ultrapassaram o que era necessário para a manutenção de uma sociedade livre, na qual a competição e o empreendedorismo são as formas típicas de ação. Além disso, os autores que convergiam para uma defesa extremada rejeitavam firmemente as ideias socialistas que avançavam em função da expansão do movimento operário e, particularmente, do bolchevismo⁵².

A participação militante na promoção de debates sobre uma nova abordagem do liberalismo de von Mises foi decisiva, de acordo com Mirowski e Plehwe, para congregar em Viena um “[...] certo tipo de formação intelectual cosmopolita extra-acadêmica”.⁵³ Foi a partir desse momento que ele “[...] tornou-se um proeminente oponente da economia e do planejamento socialistas, conforme defendido pelos principais representantes do austromarxismo, como Otto Bauer e Rudolf Hilferding”, e iniciou o que ficou conhecido como o “debate sobre o cálculo socialista”, o que promoveu a abordagem econômica neoliberal à condição de mais importante inimiga intelectual do socialismo científico e tecnocrático que vinha se formando na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas⁵⁴.

Trabalhando como pesquisador para um Instituto patrocinado pela Rockefeller Foundation nos anos 1920, em Viena, von Mises concentrava suas atenções no ataque aos fundamentos teóricos do socialismo. Foi somente na década de 1930 que suas formulações neoliberais o levaram a criticar o liberalismo clássico.

Como isso pode ocorrer? Partindo dos pressupostos liberais formulados ao longo do século XIX, von Mises e seus colegas austríacos criam que a prosperidade (supostamente) alcançada na Europa entre 1870 e 1910, e coincidentes com o espírito da *Belle Époque*, dependiam da implantação de políticas do livre comércio. Contudo, naquele período a expansão imperialista, o novo colonialismo, a preparação militar e o protecionismo que acompanharam os negócios em expansão internacional provocaram as condições para o declínio da paz burguesa e da adoção de políticas de *laissez-faire*.

Liberalismo político, com concessões às pressões organizadas dos trabalhadores, e liberalismo econômico pareciam não coadunar. Nesse sentido, a percepção de von Mises e dos neoliberais era que as condições econômicas provocariam inflação e a derrocada do li-

51 MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Ed.). *The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

52 MIROWSKI; PLEHWE (2009).

53 MIROWSKI; PLEHWE (2009).

54 MIROWSKI; PLEHWE (2009).

vre comércio. Sem esse último e sem uma moeda forte, a prosperidade desapareceria, e os indivíduos empreendedores seriam esmagados sob o peso do Estado.

O curso dos eventos detonados pela I Guerra Mundial, de um ponto de vista neoliberal, foi catastrófico, mas atentamente acompanhado pelo combatente da liberdade, tornado verdadeira eminência parda. Como exemplo, leia-se o editorial redigido por David Hart para o periódico *Literature of Liberty*:

Unfortunately, nearly all of Twentieth-Century history flows directly from this monumental misfortune. The Versailles treaty, the Bolshevik revolution, run-away inflation, the rise of fascism, the Great Depression, exchange controls, autarkic trading blocs, the destruction of international trade and its monetary mechanism (the gold standard), the Second World War, the Cold War—this entire brood of evils emanated from World War I. At every turn, statism; and at every turn Mises was there to debunk and refute each statist measure and more particularly the collectivist philosophy that lay behind the interminable measure-after-measure of statist intervention.⁵⁵

E qual é a relação entre essas questões e a definição de História Econômica de von Mises?

Talvez nenhuma, se for considerado que as críticas ao liberalismo e ao socialismo eram retóricas, sem qualquer sustentação empírica. Assim, por exemplo, veja-se o que diz o autor sobre o capitalismo e o socialismo:

O capitalismo desproletariza o “homem comum” e o eleva à posição de “burguês”. [...] É esta ascensão das multidões que caracteriza a radical mudança social efetuada pela “Revolução Industrial”. Os desfavorecidos que em todas as épocas precedentes da história formavam os bandos de escravos e servos, de indigentes e pedintes, transformaram-se no público comprador por cuja preferência os homens de negócios lutam. (...) Na estrutura de uma economia de mercado não sabotada pelas panaceias dos governos e dos políticos, não existem grandes nem nobres mantendo a ralé submissa, coletando tributos e impostos, banquetecendo-se suntuosamente enquanto os servos devem contentar-se com as migalhas. O sistema de lucro torna prósperos aqueles que foram bem-sucedidos em atender as necessidades das pessoas, da maneira melhor e mais barata possível. A riqueza somente pode ser conseguida pelo atendimento ao consumidor (...) O que faz com que muitos se sintam infelizes no capitalismo é o fato de que este dá a cada um a oportunidade de chegar aos cargos mais cobiçados que, é claro, só serão alcançados por alguns. Tudo o que o homem consegue ganhar é sempre mera fração do que a sua ambição o impeliu a ganhar.

55 HART, David. Editorial, retitled and with added notes and bibliography. *Literature of Liberty*, Arlington, vol. V, n. 3, 1982.

Existem sempre diante de seus olhos pessoas que venceram onde ele falhou. Existem companheiros que o sobrepujaram e contra quem ele nutre, no subconsciente, complexos de inferioridade. Esta é a atitude do vagabundo contra o homem que tem emprego fixo, do operário contra o chefe de seção, do executivo contra o vice-presidente, do vice-presidente contra o presidente da empresa, do homem que ganha 300.000 dólares contra o milionário, e assim por diante. A confiança em si mesmo e o equilíbrio moral de todos são solapados pelo espetáculo dos que deram provas de maior habilidade e capacidade. Cada qual está ciente de suas próprias derrotas e deficiências.⁵⁶

Ainda que bastante longa, a citação anterior teve o propósito de ilustrar a matriz conservadora da qual emerge a abordagem de von Mises. Articulando a noção de que as pessoas são naturalmente diferentes e que se reconhecermos nosso “lugar” social como indivíduos conseguiremos ser bem sucedidos, ele introduz uma noção de predestinação como forma explicativa das mudanças sociais. Estas, por sua vez, só podem ser resultantes da ação individual, e de nada mais. Qualquer coletividade – da burocracia governamental ao Estado como instituição social – impede o indivíduo de realizar a sua missão na terra.

Dentre as contribuições de von Mises ao liberalismo, segundo Sturgis (1994), destacam-se as seguintes: (1) o desenvolvimento de uma metodologia sistematizada para a teoria subjetivista de Menger; (2) uma teoria monetária que comporta diferentes formas de dinheiro e sujeita a moeda à análise de utilidade; (3) uma análise dos ciclos comerciais como resultantes da manipulação governamental das taxas de juros e da oferta de moeda; (4) a formulação de uma abordagem sobre os juros derivada das visões subjetivistas dos indivíduos sobre o futuro; e (5) a crítica ao cálculo econômico do socialismo⁵⁷.

Podem ser notadas nessa perspectiva as influências do conservadorismo⁵⁸ e do antirracionalismo de Edmund Burke (ao menos por conta da ideia de “ordem espontânea”) e do elitismo de Vilfredo Pareto.

Dados tais elementos, é difícil pensar que a articulação entre argumentos econômicos e morais, pelo autor, geraria uma apreciação da história como forma própria de compreensão da realidade. Isso fica ainda mais evidente quando se lê o que ele mesmo tem a dizer sobre a História:

56 VON MISES, Ludwig. *A mentalidade anticapitalista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, pp. 13, 20.

57 STURGIS, Amy H. *The Rise, Decline, and Reemergence of Classical Liberalism*. Nashville, TN: The Locke Smith Institute, 1994.

58 O conservadorismo pode ser considerado uma “voz teórica” que opõe as classes proprietárias aos subordinados, uma ideologia sobre o impedimento do exercício da vontade independente dos “grupos inferiores”. Aceitar a “ordem natural das coisas” do mundo tal como percebida e edificada pelos “de cima” é o direito dos “de baixo” – neste sentido, o conservadorismo é uma utopia reacionária (Robin, Corey. *The Reactionary Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 7, 29).

A HISTÓRIA lida com a ação humana, isto é, com as ações executadas por indivíduos e grupos de indivíduos. Ela descreve as condições sob as quais as pessoas viveram e a maneira com que reagiram a estas condições. Seus temas são os julgamentos de valor humanos, os fins que os homens estabeleceram como meta, quando guiados por estes julgamentos, os meios a que recorreram para obter os fins que buscavam, e o resultado de suas ações. A história lida com a reação consciente do homem ao seu meio, tanto o meio natural quanto o meio social, tais como determinados pelas ações das gerações anteriores, bem como as de seus contemporâneos.⁵⁹

A compreensão da ação humana e a análise econômica de von Mises têm por base a defesa de um *laissez-faire* irrestrito e uma motivação contrária a qualquer forma de intervencionismo governamental na economia de mercado. Por isso é que a ênfase na ação individual egoísta, para o autor, corresponde a uma concepção da história como uma forma de reação humana consciente aos meios natural e social, tais como eles foram e são determinados pelas ações das gerações anteriores e contemporâneas.

Assim, a história lidaria com as ideias e os fins que as pessoas estabeleceram como meta, e os historiadores devem se referir ao significado dos fatos como sendo a interpretação que as pessoas dão à situação que viveram e que resultou das suas ações ou, alternativamente, à interpretação que outros indivíduos deram ao resultado de tais ações. As causas da história são, então, os fins que os indivíduos e os grupos de indivíduos estabelecem como meta.⁶⁰

À guisa de conclusão

Ao encerrar a Introdução, propusemos que a interpretação da História Econômica por autores *mainstream* poderia guardar um paradoxo.

Um paradoxo pode ser definida como “[...] uma situação ou afirmação que parece impossível ou difícil de entender porque contém dois fatos ou características opostas”, ou como “[...] uma afirmação ou situação que pode ser verdadeira, mas parece impossível ou difícil de entender porque contém dois fatos ou características opostas”.⁶¹

De acordo com Lycan, a existência de um paradoxo depende fortemente das capacidades que alguém tem de conhecer e descobrir os fatos, definindo-os como verdadeiros ou não⁶². Neste sentido, requer que se calcule proposicionalmente, sem levar em consideração o conteúdo das proposições que são conhecidas e relacionadas.

59 VON MISES, Ludwig. *Teoria e história*; uma interpretação da evolução social e econômica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014, p. 123.

60 Idem.

61 Conforme o verbete Paradox, (<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/paradox>).

62 LYCAN, William G. *What, exactly, is a paradox? Analysis*, Vol 70, n. 4, pp. 615–622, October 2010.

As ideias de Hicks e de Von Mises, nesse sentido, não parecem paradoxais. Afinal, o ponto de partida de ambos é a interpretação *mainstream*, sem a qual todo o corpo teórico que defendem perde o sentido.

No caso de Hicks, ao que parece, ele não abandonou sua forma original de pensar sobre a economia, apenas incorporando a ela elementos da dinâmica e uma visão da História Econômica que combina perspectivas estáticas e não estáticas. No caso de von Mises, ao que também parece, ele não só abandonou a forma original de pensar, um liberalismo centrado em uma abstração teórica, como radicalizou o argumento no sentido de propor uma apreciação moral da ação humana histórica em torno exclusivamente da ação individual.

No primeiro caso, o método econômico utilizado pelo autor desprezou uma interpretação histórica em favor de uma análise estatística; no segundo caso, eliminou-a por completo. A análise da contribuição específica dos autores sobre a História Econômica pode, na verdade, ser metaforicamente pensada como uma paralaxe (do grego *parállaxis*, alteração), isto é, “[...] o efeito pelo qual a posição de um objeto parece mudar quando é vista de diferentes posições”.⁶³ A diferença na posição aparente de um objeto observado, devido à mudança de posição do observador é, então, similar a uma leitura distorcida.

63 Cf. <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/parallax>.